

A DISPARIDADE NAS OPORTUNIDADES DE EMPREGO NA QUESTÃO DO GÊNERO: COMO A ESCOLARIZAÇÃO VELADA NO MACHISMO INFLUENCIA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Beatriz Linhares Silva [\[1\]](#)

Júlia Pires da Rocha [\[2\]](#)

Viviane Andrade de Souza [\[3\]](#)

RESUMO

Este artigo pretende levar o leitor à reflexão sobre o papel da mulher na sociedade, principalmente no âmbito profissional, com uma ênfase na formação em áreas da licenciatura, baseando-se nos estudos de autores como Michelle Perrot, Carlos Skliar e Adriana Lia Frizman de Laplane. É utilizado, como fonte de informação, livros, artigos acadêmicos e reportagens disponíveis na internet, assim como gráficos com dados coletados no estado de Sergipe unicamente para a elaboração do artigo.

Palavras-chave: Gênero. Mulher. Trabalho. Licenciatura. Desigualdade.

ABSTRACT

This article intends to lead the reader to a reflection about the women's role at society, especially in the professional field, with emphasis in the teaching area, based on the studies of authors like Michelle Perrot, Carlos Skliar and Adriana Lia Frizman de Laplane. The report uses, as fonts of information, books, academical articles and reports available on the internet, as graphics with collected data at Sergipe, especially to the preparation of this article.

Key words: Gender. Woman. Work. Teaching área. Inequality.

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade entre os gêneros, embora tenha ganhado maior visibilidade nas últimas décadas, trata-se de algo existente em nossa sociedade desde os tempos mais primórdios. Após muitas lutas travadas no decorrer dos séculos, a mulher foi capaz de conquistar um espaço no mercado de trabalho; mas, tais conquistas foram suficientes para que desaparecessem as desigualdades de oportunidade e tratamento entre homens e

mulheres? E como o machismo enraizado em nossa sociedade influencia nas oportunidades de emprego atualmente?

Ao observarmos os fatos históricos registrados acerca da luta feminina por uma posição na sociedade, percebemos quão longa foi a trajetória traçada pelas mulheres até serem tratadas com respeito e dignidade. A mulher sempre foi vista como um ser mais “frágil” destinado a tarefas que exigem menos esforço, e tal visão ainda se faz presente na nossa realidade, evidenciando a permanência do machismo desde os séculos passados até os dias atuais.

Tratando-se da abordagem da questão de gênero nas escolas, podemos afirmar que corresponde a uma discussão muito escassa, mostrando seus efeitos na formação de profissionais e, posteriormente, nas diferenças salariais e de oferta de trabalho para homens e mulheres. A discussão acerca da desigualdade entre os gêneros não possui grande representatividade no método educacional, visto que, geralmente, o debate sobre inclusão e exclusão nas escolas é voltado para alunos com necessidades especiais de educação.

De acordo com os dados apresentados acerca das oportunidades de emprego para a mulher – tendo como foco a formação profissional como professor –, pudemos observar que embora a porcentagem de mulheres com licenciatura seja maior que a de homens, estes ainda ocupam posições de maior remuneração que as mulheres. Diante dos fatos mostrados neste artigo, como tal fenômeno pode ser explicado? A resposta encontra-se no machismo enraizado em nossa cultura que provoca inúmeros efeitos no meio social, profissional e econômico.

O objetivo deste artigo é analisar a disparidade das oportunidades de emprego entre homens e mulheres, abordando a carga histórica do machismo na sociedade em que vivemos, a maneira como a questão dos gêneros é tratada no sistema educacional, e apresentando dados estatísticos a respeito da diferença nas oportunidades oferecidas.

2 HISTÓRICO DA DESIGUALDADE ENTRE OS GÊNEROS

A origem da desigualdade está atrelada ao patriarcado enraizado na nossa sociedade desde os primórdios, provocando a não valorização da mulher no âmbito social e profissional. Quando falamos em desigualdade é impossível não olhar para o passado, observar a fonte de tudo isso e tentar compreender a realidade em que vivemos. Para isso, é necessário analisar todo o contexto histórico acerca desse assunto, os desafios enfrentados, e suas conquistas.

O sexo feminino, por muito tempo, foi visto como algo ruim, uma fraqueza, um defeito. As mulheres não tinham espaço público para serem vistas ou ouvidas; eram designadas a cuidar da família, ficar em suas casas e obedecer aos maridos. O acesso à escrita foi tardio, assim como seus direitos perante a sociedade. No entanto, como afirma a Historiadora Michelle Perrot:

A história das mulheres mudou [...]. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a

uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade. Alargou suas perspectivas espaciais, religiosas, culturais. (PERROT, 2007, p. 15-16)

Partindo do contexto histórico, pelo que sabemos por meio de livros, documentos e relatos, a luta das mulheres em busca de liberdade e direitos iguais teve início na Idade Média (sendo notável a figura de Joana D'Arc e de Isabel da França), quando a taxa de mortalidade era superior à dos homens e o infanticídio das meninas era uma prática comum em países como Índia e China. Todavia, foi na França do século XVIII, no advento da Revolução Francesa e Iluminismo, que se pôde falar sobre o assunto, como afirma Badinter (1993, p. 12): “foram as ‘preciosas francesas’ quem primeiro questionou a identidade masculina e o papel dos homens na sociedade, e seus questionamentos tiveram grande repercussão”.

Já no século XIX, com a chegada da Revolução Industrial, as mulheres foram jogadas nas fábricas para trabalhar em condições deploráveis, jornadas duplas e salários baixos; além disso, eram constantemente assediadas e abusadas sexualmente. Mas nessa época não havia condenação no caso de estupro cometido apenas por um homem: somente um julgamento afirmando “agressão com ferimento”, sendo suscetível de punições apenas em caso de estupro coletivo. Por essas e outras razões, foram desencadeadas diversas manifestações. Uma dessas manifestações ocorreu no dia 8 de Março de 1857, quando operárias de uma fábrica de tecidos em Nova York iniciaram uma greve reivindicando seus direitos. Então, em um ato de crueldade e covardia extrema, as autoridades da época as trancaram no interior da fábrica e em seguida atearam fogo no ambiente, resultando em suas mortes.

Além da introdução feminina no mercado de trabalho, a escolarização das meninas no primário deu-se nos anos 1880 e no secundário, nos anos 1900; as conquistas na área literária com a chegada de romancistas inglesas como, por exemplo, as irmãs Brontë; e também o acesso às universidades a partir de 1950. Em 1970 elas já representavam quase um terço das matrículas. A partir disso, a expansão do espaço feminino passou a se tornar real e as mulheres começaram a conquistar certos direitos legitimados.

Com o advento das I e II Guerras Mundiais, os homens iam às batalhas e, dessa forma, quem assumia os negócios da família e a posição do homem no mercado de trabalho era a mulher, de acordo com Leskinen (2004). Porém, na primeira Guerra, à primeira vista “ela reforça a ordem dos sexos, com os homens na frente de batalha e as mulheres na retaguarda” (PERROT, 2007, p. 143). Após as Guerras, ao retornarem às suas casas e encontrarem suas esposas trabalhando fora, sustentando o lar e possuindo as mesmas funções anteriormente realizadas por eles, os maridos não aceitaram a situação e exigiram que as mulheres retornassem às suas antigas ocupações. Entretanto, elas não recuaram e foram atrás de seus Direitos Civis, lutando pelo direito ao voto, divórcio, gestão dos próprios bens, ao trabalho, entre outros. Conquistaram nos EUA o pleno direito ao voto em 1920. No Reino Unido, em 1918, concederam o voto às mulheres com idade acima de 30 anos, ainda com algumas restrições, e em 1928 alcançaram finalmente o direito ao voto nas mesmas condições. Já no Brasil, o processo ocorreu de forma gradual. Em 1932 foi concedido o direito ao voto, porém, mediante aprovação do marido ou viúvas e solteiras que possuíssem

renda própria. Em 1934, tais restrições foram abolidas do Código Eleitoral e no ano de 1946 a obrigatoriedade do voto foi estendida às mulheres.

Atualmente, é raro encontrar uma profissão em que a mulher não esteja incluída, seja desde trabalhos com menor qualificação até trabalhos com alta qualificação, mostrando assim a capacidade indiscutível da mulher a adaptar-se a diversos trabalhos e superar dificuldades, embora ainda exista uma disparidade de salários entre homens e mulheres, principalmente no ramo da educação, no qual as mulheres são maioria.

3 A ABORDAGEM DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO

Um dos assuntos de destaque dentro do tema abordado neste estudo trata-se da exclusão e inclusão de crianças nas escolas. Quando falamos em educação inclusiva é comum que o tema seja associado a crianças com necessidades especiais e que apresentam dificuldades na aprendizagem; entretanto, o assunto pode abranger inúmeras vertentes e consideramos necessário discutir acerca da exclusão entre os gêneros, caracterizada pelas diferenças no tratamento e também nas atividades exercidas por homens e mulheres no processo educacional, perpetuando os inúmeros estereótipos criados em torno da mulher na sociedade.

Desde os primeiros anos no sistema educacional no Brasil já é possível notarmos duas problemáticas: a primeira delas corresponde à diferença de tratamento na educação de meninos e meninas, e a segunda trata-se da discussão precária a respeito do papel da mulher na sociedade. Ambos aspectos são responsáveis pelo favorecimento da reprodução de ideias machistas que repercutem na sociedade desde os tempos mais remotos e contribuem para que tais ideias permaneçam na nossa cultura, mostrando seus efeitos posteriormente na luta das mulheres por um espaço e, principalmente, pela igualdade no mercado de trabalho.

No livro “Políticas e Práticas de Educação Inclusiva”, a pedagoga Adriana Lia Frizman de Laplane afirma que a maioria das escolas tem a necessidade de produzir resultados específicos e obter um desempenho mínimo dos alunos, objetivo este que pode ser dificultado pela convivência entre alunos diferentes (focando aqui na diferença de gênero). Este fato evidencia a falta de diálogo entre a escola e os alunos – e também entre pais e filhos – a respeito do papel exercido pela mulher na sociedade. Desde a educação infantil, as crianças já são condicionadas a acreditar que a função da mulher consiste apenas em constituir uma família e realizar as tarefas domésticas; tal pensamento deveria ser desconstruído com o auxílio de pais e professores desde os primeiros anos da criança na escola, mas como abordar o tema “inclusão” na questão das diferenças de gênero?

Laplane (2004, p. 11) diz que “o discurso educacional em diversos momentos da história tem se caracterizado por difundir ideologia, camuflando e mistificando a realidade”, ou seja, a escola apresenta aos alunos uma ideia que não corresponde ao real, mantendo vivos na mente das crianças os estereótipos responsáveis por difundir a desigualdade entre homens e mulheres. A pedagoga afirma ainda que “a construção de uma sociedade integradora, por sua vez, somente será possível se a integração se efetivar em todos os âmbitos da vida social” (LAPLANE, 2004, p. 15), destacando a importância de tornar aberta a discussão acerca das diferenças entre os gêneros, a fim de que este debate atinja diferentes camadas da sociedade e se torne um tema de conhecimento geral. Ela conclui que as escolas devem

ter a igualdade como valor universal e difundir esse valor, com o intuito de transformar as ideias dos alunos acerca do que é diferente para eles.

Tratando-se da discussão escassa acerca da desigualdade entre gêneros, podemos explicar o fato por meio da seguinte citação:

Ao olhar para a educação básica, inserida no contexto social mais geral, vemos então que as desigualdades sociais se aprofundaram, a justiça social está longe de ser concretizada, as concepções de mundo, sociedade, homem, democracia, educação, escola, autonomia, gestão, currículo e avaliação continuam sendo fundadas no aperfeiçoamento e valorização do mercado e não na dignificação do homem, num cenário de significativa expansão dos processos de exclusão social. (FERREIRA, 2004, p. 33-34).

As instituições de ensino têm a tendência de priorizar a melhoria do mercado à melhoria da educação, e essa escolha de prioridades se reflete mais tarde na disparidade das oportunidades de emprego entre homens e mulheres. Levando em consideração os objetivos das escolas, podemos dizer que as crianças são transformadas em modelos predefinidos prontos para atuarem no mercado de trabalho, permanecendo em segundo plano o diálogo sobre as dificuldades que a mulher tem para se inserir neste meio, visto que a diferença de tratamento entre homens e mulheres se inicia desde a infância durante a trajetória educacional.

Carlos Skliar faz no seu artigo “A inclusão que é ‘nossa’ e a diferença que é do ‘outro’” uma abordagem interessante sobre como as escolas se portam diante das diferenças e a maneira como elas são vistas pela sociedade. Ele nos apresenta a ideia de “diferencialismo” que consiste em “uma atitude [...] de categorização, separação e diminuição de alguns traços, de algumas marcas, de algumas identidades, de alguns sujeitos, em relação ao vasto e por demais caótico conjunto de diferenças humanas” (SKLIAR, 2006, p. 23). De acordo com seus estudos, é essa prática que faz com que “a mulher seja considerada o problema na diferença de gênero”, assim como outras minorias são consideradas o problema dentro de determinados conjuntos sociais.

Skliar (2006) acredita também que não devemos fazer uma distinção entre “nós” e “eles”, ou seja, não deveria ser estabelecida essa separação entre os gêneros, uma vez que tal discussão atinge inúmeras parcelas da sociedade tanto no meio educacional quanto no meio trabalhista. O autor diz ainda que a tarefa de pensar a respeito das diferenças no meio pedagógico cabe a todos que estejam envolvidos na comunidade educacional, ou seja, trata-se de uma tarefa que se aplica tanto aos professores quanto aos alunos e seus familiares.

Um outro fator responsável por colocar em segundo plano a discussão acerca dos gêneros consiste na atitude dos pais em optar por escolas que possam garantir aos alunos uma boa posição no mercado de trabalho, desconhecendo os princípios e padrões educacionais da instituição. Neste caso, além de priorizar o sucesso profissional dos alunos ao invés de focar no crescimento pessoal de cada criança, a instituição falha na missão de conscientizar homens e mulheres sobre a importância da inclusão social, tanto dentro quanto fora do meio educacional. Os professores António Magalhães e Stephen Stoer (2006) afirmam que “as novas classes médias, por exemplo, reclamam uma escola que lhes permita manter uma posição de distinção e uma passagem confortável dos seus filhos para o mundo do trabalho” (p. 81). Tais atitudes se refletem nas condutas e na maneira como cada indivíduo

irá se portar na sociedade, interferindo diretamente no processo de inclusão das camadas inferiorizadas.

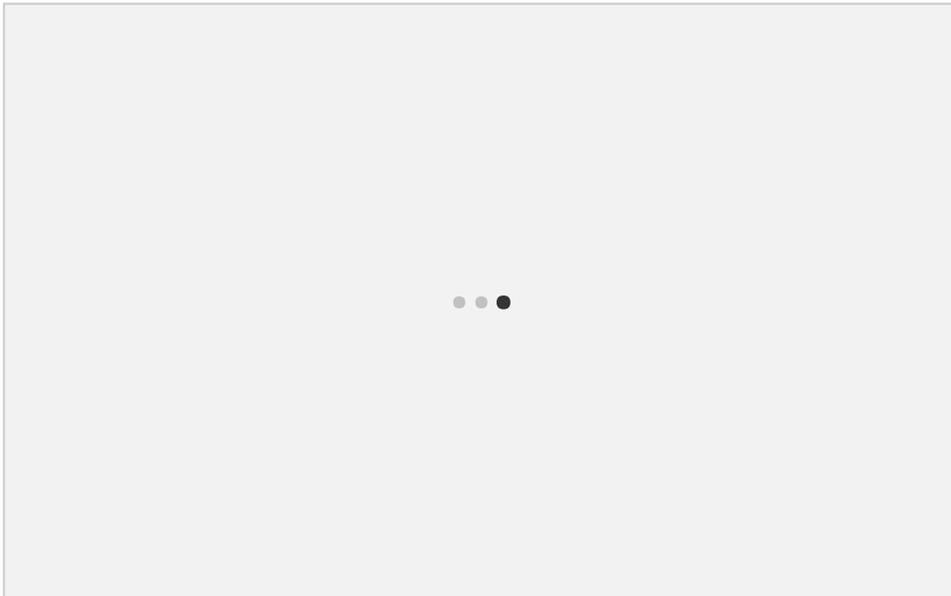
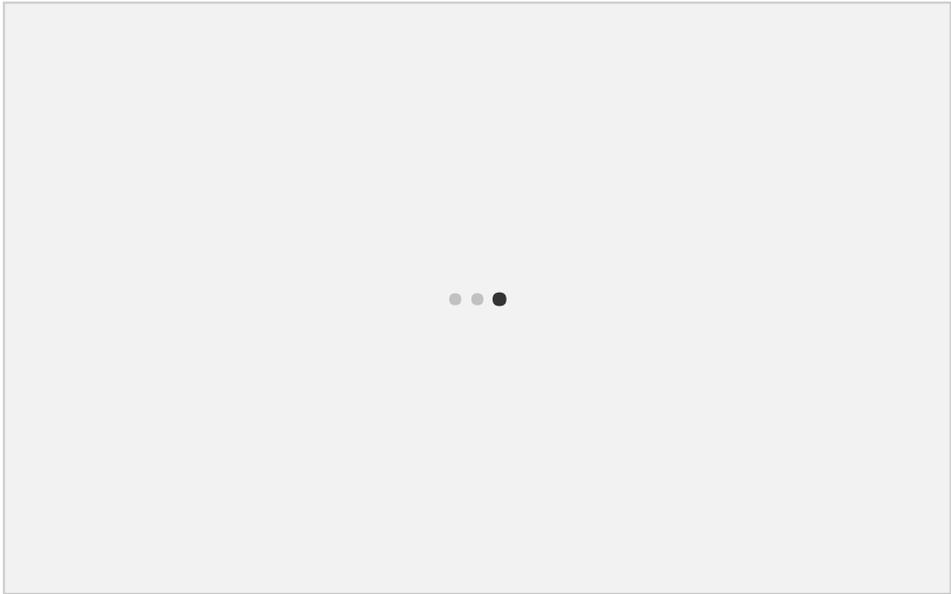
Quanto às metodologias de ensino visando à inclusão, inúmeros estudiosos acreditam que a educação encontra-se em um “momento oportuno das transformações” (MANTOAN, 2004), exatamente por apresentar certa escassez nos métodos de discussão sobre as questões de gênero. Já é possível notarmos um avanço no que diz respeito aos objetivos das escolas: percebe-se uma mudança gradativa nos ideais das instituições, partindo da priorização dos valores econômicos – responsáveis pela exclusão no modelo educacional – para a priorização dos valores morais. Desta forma, para que a barreira das diferenças seja superada, deve-se repensar o propósito das instituições e estabelecer metas que, além de garantir aos alunos um bom espaço no mercado de trabalho, visem também o crescimento pessoal de cada criança, a fim de que suas condutas sejam voltadas para a igualdade entre os gêneros.

4 O MERCADO DE TRABALHO PARA A MULHER

A mulher sempre teve uma situação muito defasada perante o homem. Nesta sessão, vamos analisar a posição da mulher no mercado de trabalho, principalmente no âmbito da licenciatura.

Desde épocas remotas, como visto anteriormente neste artigo, a mulher possuía situações de desprestígio e desvalorização, principalmente no trabalho. Hoje, vemos algumas mudanças, mas o quadro ainda continua bastante preocupante. Dados coletados pelo IBGE, em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, mostram que, comparados aos de 2000, a participação das mulheres com a idade de 16 anos ou mais no mercado de trabalho cresceu de 50% para 55%. Porém, temos que levar em conta que o número de mulheres no mundo é maior que o de homens (cerca de 51%), assim como o nível de instrução (60% das pessoas em graduações presenciais são mulheres). Apesar disso, a mulher continua recebendo menos em serviços idênticos dos homens ou nem mesmo recebendo oportunidades de ascensão onde trabalham.

Na área da licenciatura não é muito diferente. A maioria de mulheres graduadas é esmagadora (65,2% no ano de 2012, no Nordeste) e mesmo assim, em pesquisas feitas em escolas particulares de Aracaju, o número de professores homens prevalece, como os dados coletados em três escolas distintas (chamaremos de X, Y e Z) no terceiro ano do Ensino Médio, representadas nos gráficos 1, 2 e 3, respectivamente:



Fonte: Elaboração das autoras

Visto isso, o porquê desse fenômeno ser tão recorrente ainda perdura. Se mais mulheres se formam na área de licenciatura, qual o motivo das posições mais privilegiadas e com o maior salário em escolas particulares serem dominadas pelo homem? Tal fato pode ser explicado pois o machismo esmagador ainda assombra a sociedade e a faz acreditar no homem como o receptáculo da inteligência, da racionalidade e do comprometimento, enquanto a mulher é definida com estereótipos ligados ao sentimento e “fraqueza”. Além dos trabalhos regulares, as mulheres muitas vezes se deparam com tarefas familiares, aumentando ainda mais o número de horas de trabalho, o que deveria mostrar a capacidade da mulher de desenvolver múltiplas atividades e ainda assim lutar pela igualdade entre os gêneros no âmbito profissional e também social.

Recordo-me de uma palestra de Tom Peters, proferida em 2000. Perguntaram-lhe: “Se o senhor tivesse uma grande empresa e fosse se Aposentar, o que faria?” Sem tibubear, ele respondeu que contrataria para o mais alto cargo executivo uma mulher dinâmica e inteligente, recrutada em uma boa escola. Em seguida, selecionaria 100 jovens talentosos, já familiarizados com os instrumentos e ambientes da era digital, e os colocaria sob as ordens dessa líder. Segundo ele, essa seria a fórmula ideal para garantir a longevidade da empresa, com elevados padrões de qualidade e competitividade. Exageros à parte, concordo que a proposta de Peters aponta para modelos corretos de reivindicação das organizações. As mulheres, sem dúvida, têm se adaptado mais rapidamente a essa realidade competitiva dos novos tempos. (JULIO, 2002, p. 135)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os aspectos mencionados anteriormente, o propósito principal deste trabalho foi apresentar e analisar a diferença entre os gêneros em aspectos sociais, culturais e profissionais, possuindo como ponto principal a gritante desvalorização da mulher no mercado de trabalho, especialmente no ramo da educação.

Nota-se que o histórico de desigualdade se estendeu por diversas gerações até os dias atuais, visto que desde a infância é possível observar a diferença de tratamento entre os gêneros, resultando em adultos inseridos numa sociedade extremamente machista e patriarcal. Embora sejam perceptíveis as mudanças no âmbito profissional, a mulher – mesmo representando uma maioria mostrando capacidade e talento – ainda não ocupa um lugar de destaque no mercado de trabalho.

É necessário que, como consequência dos dados, relatos e estatísticas que expusemos nesta pesquisa, se crie consciência a respeito das desagradáveis situações a que as mulheres são expostas constantemente, analisando métodos eficazes de combate às diferenças sociais e explorando novas discussões acerca do tema – principalmente em escolas – para a moldagem da criança e adolescente em prol da diminuição da desigualdade e do machismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÂMBITO JURÍDICO. **Âmbito jurídico**. Disponível em: . Acesso em: 02 abr. 2017.

BADINTER, E. **XY**: Sobre a identidade masculina. Tradução de Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BARRETO, A. **A mulher no ensino superior**: distribuição e representatividade. 1 ed. Rio de Janeiro: Cadernos do GA, 2012. p. 52.

BRASIL DEBATE. **Mulher, mercado de trabalho e desigualdade**. Disponível em: . Acesso em: 31 mar. 2017.

FERREIRA, M. C. C.; FERREIRA, J. R. Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas. In: GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. (orgs.). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2007. p. 21-48.

JÚLIO, C. A. **Reinventando você**: a dinâmica dos profissionais e a nova organização. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

LAPLANE, A. L. F. Notas para uma análise dos discursos sobre inclusão escolar. In: GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. (orgs.). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2007. p. 5-20.

LESKINEN, M. **Educación uma clave hacia la igualdad**. Revista Observatório Social, núm. 5, 2004.

MAGALHÃES, A. M.; STOER, S. R. Inclusão social e a “escola reclamada”. In: RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006. p. 65-84.

MANTOAN, M. T. E. O direito de ser, sendo diferente, na escola. In: RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006. p. 183-209.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

PORTAL BRASIL. **Mulheres são maioria no ingresso e na conclusão de cursos superiores**. Disponível em: . Acesso em: 31 mar. 2017.

SKLIAR, C. A inclusão que é “nossa” e a diferença que é do “outro”. In: RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006. p. 15-34.

[1] Graduação em Licenciatura em Letras – Português/Inglês, Universidade Federal de Sergipe. E-mail: .

[2] Graduação em Licenciatura em Letras – Português/Inglês, Universidade Federal de Sergipe. E-mail: .

[3] Graduação em Licenciatura em Letras – Português/Inglês, Universidade Federal de Sergipe. E-mail: .

